



MULHERES AGRICULTORAS EM SÃO PAULO-SP: TECENDO A TEIA DA AGROECOLOGIA NAS PERIFÉRIAS PAULISTANAS¹

BELLEZANI, Maria Lucia Ramos¹; COLETA, Flávia Bigai²; IYUSUKA, Sheyla Saori³

¹ Engenheira Agrônoma, Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo, Doutoranda em Planejamento e Gestão Territorial pela Universidade Federal do ABC, representante da Câmara Municipal no CMDRSS; e-mail: lucibellenzani@gmail.com

² Socióloga, Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo no CMDRSS, e-mail: flavia.bigai@cati.sp.gov.br;

³ Engenheira Agrônoma, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos, Extensionista na Sempreviva Organização Feminista, e-mail: sheyla@sof.org.br.

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência de auto-organização das mulheres agricultoras na cidade de São Paulo. Nas oficinas territoriais realizadas para a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável Paulistano foi criado o grupo de trabalho de mulheres do Conselho, que vem realizando oficinas específicas com mulheres agricultoras paulistanas nas diversas áreas da cidade, revelando a diversidade da agricultura feminina nas periferias paulistanas e a força de resistência que essas mulheres, excluídas dos espaços de construção de políticas públicas, vêm exercendo com a produção de alimentos saudáveis nos espaços periurbanos e intraurbanos da maior metrópole brasileira. A participação vem aumentando, agregando novos grupos, de forma que o trabalho extrapolou o âmbito do Plano e do Conselho e adquiriu fôlego próprio, criando laços entre as mulheres dos diferentes contextos periféricos, fortalecendo a sua organização e buscando aumentar o seu protagonismo.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Auto-Organização, Políticas Públicas, Periferias Urbanas

INTRODUÇÃO

A partir do último Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, em 2014², foi recriada a zona rural no município, abrangendo cerca de 30 por cento do território municipal. O reconhecimento da ruralidade paulistana, e sua formalização por lei no maior município brasileiro deveu-se à mobilização de agricultoras e agricultores durante o processo participativo de elaboração do plano, reivindicando a volta da zona rural (suprimida no Plano Diretor Estratégico de 2002), face à dificuldade de acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural conduzidas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e à necessidade de impedir o avanço da urbanização sobre as áreas produtoras de alimentos. Grupos ambientalistas engrossaram a mobilização, sobretudo pela segunda razão, posto que as áreas produtoras de alimentos estão situadas nas periferias – falamos em periferias no plural para destacar que são diversas realidades periféricas, com similaridades e singularidades – em áreas de proteção de mananciais e remanescentes de Mata Atlântica, cada vez mais ameaçados pela expansão urbana e pela instalação de empreendimentos de infraestrutura viária como o Rodoanel Metropolitano.

¹ Relato da experiência da organização das mulheres agricultoras em São Paulo-SP, iniciada no âmbito da construção participativa do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário (CMDRSS) e Sustentável e atualmente evoluindo para um projeto autônomo voltado à auto-organização, empoderamento e protagonismo dessas mulheres.

² Lei Municipal 16.050 de 30 de julho de 2014.



O Plano Diretor Estratégico entende a zona rural como um polo de desenvolvimento econômico sustentável, baseado em quatro pilares: agroecologia, ecoturismo, serviços ecossistêmicos e inclusão social produtiva, posto que esses territórios são periféricos não somente no sentido geográfico do termo, mas também no sentido social e econômico. Essas periferias ambientalmente frágeis, produtoras de alimentos e de água, que abrigam os remanescentes florestais do município, abrigam também os piores índices de exclusão social, vulnerabilidade, carência de serviços públicos e violência. E as mulheres periféricas são as mais prejudicadas com essa situação.

A recriação da zona rural tem como órgão colegiado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) e como instrumento norteador o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), cuja elaboração deve ser participativa e subsidiada pelo CMDRSS.

O CMDRSS foi criado em 2016, na Primeira Conferência de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável do Município, precedida de três pré-conferências territoriais nas zonas Sul, Leste e Norte-Centro de São Paulo, as quais reuniram agricultoras e agricultores dessas áreas. No processo ficou claro que, embora a zona rural legal, no âmbito do Plano Diretor Estratégico se localize quase totalmente no extremo Sul, que o Conselho, o Plano e, mais amplamente, as políticas públicas, dizem respeito a todas as áreas produtoras de alimentos, sejam sítios e chácaras, áreas públicas, hortas comunitárias, hortas urbanas ou qualquer outra forma de uso dos espaços da cidade, sejam rurais ou urbanos, públicos ou particulares. As ruralidades paulistanas – assim como as periferias – são diversas e conectadas com urbano. Ainda que importante do ponto de vista urbanístico, sobretudo no que tange ao parcelamento do solo, na prática a dicotomia rural/urbano não existe. Assim, o CMDRSS tem representantes de todas as regiões da cidade – Sul, Leste, Norte e Centro Oeste, além de representação específica indígena.

O PMDRSS, em elaboração, também diz respeito à cidade toda. O Conselho realizou oficinas regionais e temáticas, buscando um processo de escuta ativa que desse conta dos diferentes contextos geográficos e também das questões singulares de cada setor: agricultura orgânica e agroecológica, agricultura convencional, silvicultura, produção de ornamentais, criação de animais, agricultura indígena, pesca artesanal. No âmbito institucional, tem realizado diálogos com órgãos públicos, alguns dos quais integrantes do próprio CMDRSS (Meio Ambiente, Urbanismo e Licenciamento, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Subprefeituras) e outros não, como Assistência Social, Cultura, Gestão, Saúde e Educação.³

A questão de gênero é citada brevemente na Carta de Agroecologia em São Paulo, aprovada na Conferência realizada em 2016, *“Por fim, entendemos que todas as políticas públicas, estratégias, programas e projetos relativos ao desenvolvimento rural agroecológico devem ser pautados pela participação ampla e democrática, pelo respeito às especificidades dos territórios e às questões de gênero e etnia”*.

Ainda que metade das representações do Conselho seja de mulheres, que a participação delas nas oficinas tenha sido expressiva, e que as duas organizações de agricultura orgânica na cidade de São Paulo

³ Cabe destacar aqui que o município de São Paulo é pioneiro na aquisição de alimentos orgânicos na merenda escolar, cuja obrigatoriedade foi instituída pela Lei Municipal 16. 140/2016. Neste trabalho não abordamos esse tema, por limitações de espaço e assunto.



sejam presididas por mulheres⁴, o protagonismo feminino na construção das políticas públicas, e o atendimento às suas reivindicações específicas não espelha essa realidade.

Assim, a partir da dificuldade histórica que as mulheres têm no acesso e construção das políticas públicas (HORA & BUTTO, 2014; KERGOAT, 2002), foi criado no âmbito do CMDRSS, o grupo de trabalho Mulheres e Agroecologia, coordenado por uma das autoras desse trabalho, Flávia Bigai Coleta, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e a Abastecimento (CATI-SP) no Conselho.

O grupo buscou a parceria da Sempreviva Organização Feminista. SOF, referência fundamental no tema mulheres e agroecologia, e tem realizado uma série de atividades, com o objetivo central é organizar as mulheres para a construção de uma rede sociotécnica de agricultoras, extensionistas rurais, técnicas e pesquisadoras da cidade de São Paulo, visando à autonomia econômica das agricultoras, posto que a comercialização ainda é um entrave no que diz respeito ao escoamento da produção das agricultoras. A partir da economia solidária pretende-se organizar essas mulheres para futura autonomia econômica e geração de renda e para um maior protagonismo na construção de políticas públicas.

METODOLOGIA

Como referencial metodológico, teórico – prático para o trabalho temos, além das já citadas Hora & Butto e Kergoat, o trabalho fundamental de Emma Siliprandi (2015), e o trabalho da Sempreviva Organização Feminista.

Durante as oficinas regionais da construção do PDRSS ficou clara a necessidade de realizar uma oficina específica com as mulheres. Para isso, foi proposto e aprovado pelo CMDRSS a criação do Grupo de Trabalho Mulheres e a Agroecologia.

Essa primeira oficina, realizada em maio de 2018 na sede da SOF, numa área central e bem provida de transporte público, contou com a participação de 27 mulheres, entre técnicas e pesquisadoras e agricultoras das zonas Leste e norte da cidade. Uma parte ficou reservada à discussão do Plano, resultando em proposições que a ele foram incorporadas, e a outra, mais longa e reveladora, às apresentações e relatos das mulheres. Como metodologia de facilitação utilizamos cartolina e massa de modelar, em grupos, onde as mulheres retrataram sua relação com a agroecologia nos espaços onde vivem.

Essa metodologia permitiu revelar coletivamente as diversas realidades, identificar os pontos em comum e emergir uma necessidade de união das mulheres agricultoras dos quatro cantos da cidade. Decidiu-se então pela continuidade das oficinas de forma itinerante, de modo a levar cada vez mais mulheres ligadas à agroecologia a conhecer cada vez mais áreas produtivas, a conhecer a realidade de cada uma dessas áreas. Foi consenso que a próxima atividade seria realizada na zona leste, recepcionada pelas mulheres do GAU – Grupo de Agricultura Urbana. E que a recepção de todas as atividades do grupo em um determinado local

⁴ Associação dos Agricultores da Zona Leste, AAZL, e a Cooperativa de Produtores Orgânicos e de Água Limpa de Parelheiros (COOPERAPAS, na Zona Sul), essa última já fornecendo frutas, legumes e verduras para a alimentação escolar por meio de chamada pública promovida pela Secretaria Municipal da Educação.



seria proposta por iniciativa das mulheres deste local. Assim, só se vai conhecer a realidade de um grupo quando pelo menos uma mulher desse grupo estiver presente na atividade anterior.

Dessa forma, cada vez mais mulheres são convidadas a participar, aumentando o tamanho, representatividade e diversidade do grupo, o que é muito positivo, mas nos coloca o primeiro desafio logístico: prover transporte para essas mulheres, uma vez que as distâncias são longas, os deslocamentos de uma ponta à outra da cidade são complexos porque boa parte das áreas produtivas é precariamente servida por transporte coletivo, ou nem é.

A segunda oficina foi realizada em julho de 2018 no Viveiro Quebrada Sustentável, sede do GAU, no bairro de Cidade Tiradentes, extremo Leste da Cidade. A área do viveiro é uma área livre remanescente de um conjunto habitacional popular, que estava degradada e vem sendo revitalizada pelo GAU. Lá são cultivados alimentos e plantas medicinais, com destaque para as atualmente plantas alimentícias não convencionais, as PANCS, “*matos de comer*” ou, no dizer de uma das mulheres”, *são as coisas que a gente comia na roça quando não muito mais o que comer*”. Trata-se de um oásis, no sentido literal e figurado: um ponto de resistência numa das áreas mais densamente urbanizadas, carentes e violentas de São Paulo, onde as mulheres anfitriãs serviram um almoço farto e nutritivo feito quase que totalmente com o que produzem ali.

Foi trabalhada a divisão sexual do trabalho, utilizando a metodologia do relógio (NOBRE, MARQUES et Al, 2028) onde as mulheres, em grupo, fizeram os relógios da mulher e do homem. Essa metodologia permitiu explicitar a sobrecarga de trabalho das mulheres, dando visibilidade ao tempo ocupado pelo trabalho não remunerado, o trabalho reprodutivo e de cuidados. Nela também surgiu a primeira demanda técnica do grupo, um curso de produção, tratamento e uso de plantas medicinais. E a presença de três mulheres indígenas das aldeias Tapé Mirim e Krukutu, na terra indígena Tenondé Porã, da etnia Guarani MBya, no extremo Sul da cidade, levou a próxima atividade para a Terra Indígena.

Na terceira oficina, realizada na Aldeia Guarani Kalipety em setembro de 2018, as mulheres indígenas conduziram toda atividade com base na preservação da cultura e cultivo Guarani. Parte da atividade foi dedicada à roda de conversa sobre a luta pela demarcação da Terra Indígena Tenondé Porã e sobre a cultura e espiritualidade guarani, com ênfase para o papel das mulheres. Nessa oficina foram apresentadas e demonstradas também as cadernetas agroecológicas.

A terra indígena Tenondé Porã foi declarada em 2016, após mais de 30 anos de luta.⁵ Fica localizada nos municípios de São Paulo, Itanhaém e São Vicente, sobreposta à Área de Proteção Ambiental Municipal Capivari-Monos e totalmente em área de proteção de mananciais, protegendo importante área de Mata Atlântica. Com a declaração, os indígenas têm retomado suas áreas de cultivo, resgatando cultivares tradicionais, sobretudo o milho *Avaxy*, alimento corporal e espiritual central na cultura guarani, e a batata doce *Jetý*. Os guaranis conhecem mais de 40 variedades de batata doce, que vêm sendo resgatadas através de intercâmbio de sementes com aldeias do Paraná e litoral, num trabalho coordenado por mulheres.

⁵ O município de São Paulo abriga também a terra indígena Jaraguá, também Guarani MBya, no extremo Noroeste da cidade.



A presença de mulheres da Comuna da Terra Irmã Alberta, um assentamento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) situado no extremo Noroeste do município, levou a quarta oficina a ser realizada na Comuna.

O Irmã Alberta não é ainda um assentamento reconhecido, mas um acampamento consolidado em uma área em litígio supostamente pertencente à SABESP. Nessa oficina, realizada em novembro de 2018, as atividades foram totalmente coordenadas pelas mulheres de lá, e o tema da luta pela terra foi central, como não poderia deixar de ser. Foi interessante observar as conexões entre as duas realidades, da terra indígena e a da comuna, de origens e contextos distintos, se irmanam na resistência à expansão da cidade, à especulação imobiliária e aos empreendimentos de infraestrutura, e o quanto o ponto de vista feminino e feminista conecta e fortalece a luta pela terra.

A segunda parte da oficina foi dedicada às plantas medicinais, atendendo à demanda surgida no grupo.

Foram no total 150 participantes nas quatro oficinas, sendo que algumas mulheres participaram de todas e a maioria participou de pelo menos duas. Em 2019, as atividades serão retomadas em fevereiro, na horta comunitária da Vila Nova Esperança, uma horta comunitária situada no extremo Oeste da cidade, ao lado de um parque estadual e que sofre, por um lado, com a pressão da expansão urbana, e, por outro, da administração do parque, apoiada por alguns ambientalistas que reivindicavam sua remoção e reassentamento. Recentemente, a Vila Nova Esperança foi reconhecida no Plano Diretor Estratégico como Zona de Especial de Interesse Social (ZEIS), uma vitória da luta da comunidade. Mais uma vez a luta pela terra, num terceiro contexto, está presente.

Nessa próxima oficina, a proposta é refletir sobre o propósito e os rumos do grupo, planejar as atividades de 2019 e mobilizar para a participação na Marcha das Mulheres no dia 8 de março e na Marcha das Margaridas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 6 meses de atuação, o Grupo de Trabalho Mulheres e Agroecologia já reuniu em torno de 150 mulheres, entre agricultoras e extensionistas rurais, criando uma rede sociotécnica que visa o desenvolvimento da agricultura urbana e da periurbana no contexto da cidade de São Paulo.

Desse processo, muitas possibilidades e desafios emergem, tanto voltados para o fortalecimento do protagonismo das mulheres na elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas como a auto-organização do grupo em si, enquanto fórum de empoderamento e luta.

Para o presente ano a proposta é iniciar a partir da reflexão coletiva sobre os propósitos, rumos e prioridades do grupo, bem como do mapeamento das experiências de agroecologia e mulheres no município, para o reconhecimento e auto reconhecimento dos grupos, práticas, necessidades, forças, similaridades e singularidades, visando a consolidação e fortalecimento da rede.

Assim, optamos, para efeito deste relato de experiência, por agrupar as possibilidades e desafios e



quatro dimensões. Ainda que se entrelacem em seu objetivo maior, demandam estratégias e recursos diferentes e, didaticamente, auxiliam no processo de autorreflexão:

1. Questões relativas às políticas públicas municipais: participação e representatividade das mulheres no CMDRSS, garantia de inclusão das propostas e demandas das mulheres no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e monitoramento de sua implantação, aumento da participação de mulheres nas chamadas públicas de aquisição de alimentos orgânicos para a alimentação escolar e no delineamento de arranjos locais de abastecimento escolar principalmente;

2. Questões relativas à estruturação do trabalho do GT Mulheres e Agroecologia, voltadas, sobretudo, à logística de transporte e alimentação, à captação de recursos para a continuidade do projeto, diminuindo, assim, sua dependência do apoio de órgãos públicos, aumentando sua autonomia em relação a eles – fundamental enquanto resistência ao desmonte das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, proteção ambiental e direitos – e mesmo em relação ao próprio CMDRSS;

Aqui, enfatizamos que a questão do transporte tem sido um gargalo, pois este depende da cessão de veículos pelos órgãos públicos integrantes do CMDRSS – CATI e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico -, o que é extremamente burocrático e nem sempre certo. Como exemplo, o deslocamento das mulheres dos extremos Norte e Leste até a aldeia Kalipety, no extremo Sul, pode demandar cerca de três horas até o ponto de ônibus mais próximo, e de lá até a aldeia é preciso caminhar por cerca de uma hora. Os encontros, por decisão do grupo, são realizados aos sábados e duram cerca de 6 horas. Não há, no momento, condições para atividades mais longas que demandam pernoite;

3. Questões relativas à mobilização, formação política e participação das mulheres agricultoras de São Paulo nos diferentes espaços e fóruns de luta feminista, com base, a princípio, da auto-organização das mulheres. Num horizonte temporal mais próximo, a mobilização das mulheres para a participação no dia internacional de luta das mulheres no dia 8 de março, cujo mote é a defesa dos direitos e da democracia e sua ida à marcha das margaridas, cujo mote é “margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência” o que demanda recursos financeiros a serem coletivamente captados;

4. Questões técnicas surgidas das demandas do grupo, como a formação e a capacitação em plantas medicinais já mencionada, aquelas referentes à comercialização, diversificação da produção, extensão rural agroecológica e economia solidária. Aqui, nos somamos a uma reivindicação clássica do movimento de mulheres rurais, a construção e consolidação da ATER para mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entrelaçando essas quatro dimensões, fica premente a necessidade de elaboração coletiva de um projeto que as una visando a autonomia do trabalho, incluindo a captação de meios e recursos, a busca de financiamentos e parcerias.

A questão do trabalho, na concepção da economia solidária feminista, nos parece o fio condutor dessa



rede, capaz de conectar as dimensões, nós e pontos da rede agroecológica que as mulheres paulistanas estão tecendo.

REFERÊNCIAS

COLETA, F. *Políticas públicas, divisão sexual do trabalho e as mulheres rurais brasileiras: um estudo acerca da autonomia econômica das mulheres a partir do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal*. CLACSO, Conselho Latino Americano de Ciências Sociais, Buenos Aires:2018

HIRATA, H.; KERGOAT, D. *A classe operária tem dois sexos*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 3, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832>. Acesso em: 26 jan. 2018.

HORA, C; BUTTO, A. *Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos territórios da cidadania in Mulheres Rurais e Autonomia*.14-45, Brasília: 2014.

KERGOAT, D. *A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão*. Pro-Posições, Campinas, v. 13, n. 1, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/37-dossie-kergoatd.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2018.

NOBRE, MARQUES *et Al*. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*./ Carla Jancz, Gláucia Marques, Miriam Nobre, Renata Moreno, Rosana Miranda, Sheyla Saori, Vivian Franco. São Paulo: SOF, 2018. 84p

SÃO PAULO (Município). *1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da Cidade de São Paulo: Discutindo o rural na cidade de São Paulo*. Relatório final. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/RELATORIO%20FINAL%20CONFERENCIA%20RURAL%20AGOSTO%202017.pdf> . Acesso em 08 de fevereiro de 2019.

São Paulo (Município). Lei 16050, de 30 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

SILLIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2015.